

Entre batuques e fandangos: a apresentação de Lourença Juquiá e os conflitos na Vila de Guarapuava (1812 a 1856)

CAMPOS, Marilda Alves de¹
SANTOS, Rodrigo dos²

RESUMO: O presente artigo aborda a criminalidade contra o indígena, contribuindo com a historiografia nas reflexões das relações sociais, culturais e interétnicas na Vila de Guarapuava. Para atingir esse objetivo buscou-se pela micro-história a trajetória de uma vítima, a Kaingang Lourença Juquiá que foi assassinada em um fandango com dois golpes de canivete, sendo condenado pelo crime o soldado Manoel Maria, da Guarda Fixa da Província. A partir do estudo de caso dessa vítima se compreende as relações estabelecidas entre indígenas e a população livre e pobre da vila, na temporalidade delimitada pela documentação (1812-1856). A fonte de pesquisa se constitui do processo crime instaurado em 1856 para investigar o assassinato de Lourença Juquiá e de livros de registros de batismos, casamentos e óbitos do arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava-PR. Como resultado dessa pesquisa, além de identificar Lourença Juquiá apresentando suas relações de parentesco, verificou-se que os agentes sociais de Guarapuava no século XIX criaram estratégias de socialização para melhorar suas vidas, gerando encontros e confrontos.

Palavras-chave: Crime; Galés; Indígenas.

Entre tambores y fandangos: presentación Lourença Juquiá y los conflictos en Guarapuava (1812-1856)

RESUMEN: Este artículo discute crimen contra indígenas, contribuyendo a la historiografía en las reflexiones sobre la vida social, cultural y interétnico en Guarapuava. Para lograr este objetivo buscado por la micro-historia de la traye de una víctima, los Kaingang Lourença Juquiá que fue asesinado en la oscuridad en un fandango con dos cortes de cuchillo, siendo condenado por el crimen del soldado Manoel Maria da Provincia Fijo Guardia. De esta víctima, entendemos las relaciones entre los pueblos indígenas y la población libre y pobres de la aldea, en la temporalidad limitada por la documentación (1812-1856). La fuente de la investigación constituye el proceso penal iniciado en 1856 por el asesinato de Lourença Juquiá, libro registra bautizos, matrimonios y muertes Archivo Catedral Nossa Senhora de Belém Guarapuava-PR. Como resultado de esta investigación, identifica Lourença Juquiá y sus relaciones de parentesco, se encontró que los sujetos y sujetas de Guarapuava en las estrategias de socialización creadas siglo XIX para mejorar sus vidas, generando encuentros y confrontaciones.

Palabras Clave: Crimen; Prisión; Indígenas.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, também conhecida pelo pseudônimo Marilda Cacum. E-mail: marildacacum@hotmail.com

² Graduado em História (UNICENTRO), especialista em Educação do Campo (ESAP) e Docência do Ensino Superior (UNOPAR). Mestre História (UNICENTRO). Atualmente é professor substituto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/Campus Laranjeiras do Sul). E-mail: digao_santos9@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da análise do processo crime (nº. 8572.2.19 caixa 01, Vara Criminal da Comarca de Guarapuava³) do assassinato da indígena ⁴ Lourença Juquiá buscou-se a reconstrução da trajetória e identificação da vítima por meio de um estudo biográfico que contempla algumas experiências interétnicas vividas na Vila de Guarapuava, no período de 1812 a 1856. Ancorada nas produções historiográficas este trabalho de identificação e trajetória de Lourença Juquiá contribui com a reflexão das relações sociais, cotidianas e interétnicas vivenciadas nessa localidade.

Na parca documentação buscou-se a origem de Lourença Juquiá, e a construção da genealogia identificou-a etnicamente e culturalmente. Reconstruiu-se, por fragmentos, sua trajetória na Vila de Guarapuava para com ela compreender, no contexto, as relações sociais estabelecidas, a criminalidade e as estratégias de sobrevivência dos indígenas, oriundos do aldeamento de Atalaia.

Para tal optou-se por uma abordagem micro histórica, especificamente de Ginzburg (2005), na qual a vida do moleiro italiano Menocchio (Domenico Scandella) é examinada em função de um problema, neste caso ele foi perseguido queimado por ordem do Santo Ofício. De acordo com D'Assunção (2004) tal personagem foi escolhido por Ginzburg porque o processo inquisitorial a respeito do moleiro permitiu trazer à tona diálogos de culturas, práticas marcadas especialmente pela circularidade cultural.

Na historiografia atual verifica-se que o interesse está aumentando pelos membros das classes subalternas, pessoas comuns, *gente miúda*, ou como apontado por Pontarolo (2010) *ínfima plebe*, ou seja, os silenciados da história, a exemplo do moleiro Menochio nos estudos de Ginzburg (2005). O pesquisador escolhe seu campo de pesquisa, seus estudos, suas leituras, mas não menos verídico é que o campo de pesquisa escolhe o pesquisador. Contar uma história de vida não é tarefa fácil, narrar algumas trajetórias e experiências individuais da região

³ O processo foi consultado no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava-PR (CEDOC/G), vinculado a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

⁴ Os indígenas que habitavam a região de Guarapuava no século XIX segundo Amoroso (2003) compunham a população Jê Meridional, conhecidos por Botocudos, Coroados, Xoclan, Camés, Dorins e Votorons. Grupo exogâmico, patrilinear e hierarquizado habitava a região dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Província de Misiones na Argentina.

não preencherá as lacunas da história unilateral do dominante sobre a História indígena de Guarapuava. No entanto, desconsiderar as ações praticadas por esses indivíduos é sepultá-los uma segunda vez; deixá-los no anonimato é sobrepor o fato ao indivíduo⁵.

UMA FAMÍLIA KAINGANG VOTORON NO FORTE ATALAIA

O aldeamento de Atalaia, conforme dados dos registros de batismos, iniciou-se com a captura de seis votorons que afastados dos demais se encontravam no dia 29 de janeiro de 1812 nas vertentes do rio denominado Cavernoso. O grupo constituía-se de quatro crianças e dois adultos, das quais duas eram sobrinhos do casal, e duas acompanhavam a mãe, à indígena Coyan e o pai cujo nome Pahy Engrayê não foi mencionado diretamente no relato da captura, mas no batismo das crianças.

Dos filhos do casal, um era Netxian, menino de quatro anos, a outra Gatán menina de um ano e meio. Conforme as datas constantes desse primeiro livro de registros aberto em 1809, os irmãos Netxian e Gatán foram os primeiros indígenas batizados na Capela de Atalaia, recebendo os nomes portugueses Francisco e Bárbara. Pelas datas de batismo e captura constantes do livro no curto período de três dias não houve catequese para o batismo das mesmas, procedimento ausente explicado pelo pároco Francisco das Chagas Lima:

Francisco antes denominado Netxian

Aos vinte e dous dias do mês de fevereiro de hum mil oito centos e doze, nesta capella de Atalaia nos Campos de Guarapuava, baptizei solennemente, e puz os santos óleos a Francisco innocente de idade de quatro annos pouco mais ou menos, filho de Pahy e sua mulher Coian, todos oriundos do gentio selvagem habitantes neste continente, por presos nas vertentes do rio Cavernoso, e trazidos para este abarracamento no dia vinte e nove de janeiro próximo passado o que fis sem obter mais que o consentimento material de seus pais, em cujo poder está o ditos innocente, por se achar gravemente enfermo, e em perigo de vida. Forão Padrinhos, o Tenente Coronel Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e sua mulher Dona Rita Ferreira de Oliveira Bueno. Do que para constar faço este assento. O Vigário Francisco das Chagas Lima (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM)⁶

⁵ Outro trabalho sobre Lourença foi publicado pelos autores (CAMPOS; SANTOS, 2016).

⁶ Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Registros paroquiais: batismos, casamentos e óbitos. Livros nº 1 A e B, século XIX (preservou-se a grafia original). As datas posteriormente citadas de batismos, casamentos e óbitos desta pesquisa constam dos primeiros livros do arquivo da diocese e não serão mais referenciadas.

Esses batismos ao fazerem referência à captura de Pahy Engrayê desmistificam que ele teria sido capturado em outra ocasião. O lugar da prisão foi as vertentes do Cavernoso; esse lugar era território Kaingang de pertencimento do clã, terras entre o rio Cavernoso e o que chamavam de Juquiá⁷. A região de pertencimento do clã de Lourença apresenta a nomeação Juquiá de Lourença, dada em ritual feito na ausência do Padre Chagas que proibia os mesmos. Nomeações que os Kaingang hoje dizem ser *nome de mato*⁸. Juquiá foi o nome que Lourença levou na vida e na morte, e que o “branco” desconhecendo a tradição ritualística Kaingang mencionou como apelido, por vezes segundo nome.

O Padre Chagas foi esclarecedor no registro de batismo mencionando que as crianças foram presas, e que dos pais não se obteve mais que o consentimento material, consentimento por sinais, pois inicialmente não foi compreendido o dialeto Kaingang da região, nem mesmo os *linguarás*⁹ que acompanharam a expedição o compreenderam. O padre menciona que as crianças estavam em poder dos pais, afirmando dessa forma a prisão também de Pahy Engrayê (MACEDO, 1995).

Pelo relato de Chagas, Pahy ficou preso por dois meses, tempo que levou para aprender um pouco do português. Mesmo preso, Pahy veio a Atalaia procurando seu irmão Gruton provavelmente em busca das duas outras crianças capturadas. Nas memórias de Chagas, liberto do cativo, Pahy se dirigiu ao sertão e meses depois trouxe aproximadamente 312 indígenas para serem catequizados e aldeados em Atalaia (FRANCO, 1943; MACEDO, 1995).

Pahy Engrayê permaneceu com a família no aldeamento, onde sua mulher Coyan conhecida por Pirexó (batizada no leito de morte de Maria) faleceu. Viúvo, Pahy Engrayê escolheu no Atalaia outra mulher para viver, Faixó e Pá, órfã do cacique Fonguebú, filha de Uofé, enteada do cacique Araicó com quem sua mãe vivia (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

Pahy Engrayê recebeu do Capitão Diogo o cargo de Capitão de índios, sendo induzido pelo padre a sacramentar essa união com Faixó e Pá para exemplificar o modelo de família que estava sendo imposto aos indígenas. Outro

⁷ Termo herdado Guarani significando rio sujo, o Covó armadilha de pegar peixe. Parte da região compreende hoje o Município de Goioxim (PR), cortado pelo Rio Juquiá. Quando pertencente a Guarapuava, essa localidade possuía o nome de Distrito de Juquiá.

⁸ Termo usado pelos Kaingang para se referir ao nome dado em rituais pagãos proibidos pelos padres; hoje ainda usado para a nomeação com nomes da etnia.

⁹ Os *linguarás* foram interpretes dos brancos junto aos indígenas.

fator que pode ter levado ao casamento é o fato de Rita Faixó estar grávida antes da união, como se verifica pela data de nascimento e batismo de Margarida, primeira filha do casal. O casal batizou-se em 28 de maio de 1814 e no mesmo dia em ato solene casou-se na capela de Atalaia. Pelo batismo, Pahy Engrayê recebeu o nome português de Antonio José Pahy de Azevedo, e sua esposa (Faixó e Pá), de Rita de Oliveira Faixó, nomes que homenageiam o Capitão Diogo Antonio Pinto de Azevedo Portugal, e a esposa Rita Ferreira de Oliveira, padrinhos de batismo e testemunhas de casamento do casal (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

Verificam-se as relações de compadrio pelo contato entre o “índio” e o “não índio”, pois o Capitão foi também padrinho de Francisco e Bárbara, filhos de Pahy. Dessa forma, pelas relações estabelecidas pelo “branco”, Pahy tornou-se compadre e afilhado do Capitão Diogo. O casamento de Pahy e Faixó foi o primeiro entre “índios” do Atalaia; para o “branco” e principalmente para a igreja iniciava-se uma família indígena, no modelo definido como família monogâmica e patriarcal. Entre os iguais eram parte de um clã maior, definidos pela ancestralidade, agrupados pela linhagem.

Quanto a esse casamento considerado pelos registros o primeiro entre um “índio” e uma “índia”, Pahy e Faixó, o padre pretendia exemplar um modelo familiar na tentativa de reprimir a cultural¹⁰ poligamia Kaingang, embora o processo de miscigenação já estivesse se iniciado no aldeamento com o primeiro casamento realizado em 10 de novembro de 1813, entre Rosa Cacúm, uma “índia”, com o “não índio” Rafael Costa, soldado oriundo da expedição real. Esse casamento constitui-se em um marco da miscigenação na região (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

Os indígenas, foco da catequese, eram objeto e instrumento do pretendido processo civilizatório. Os capturados eram membros do clã o qual Lourença viria a pertencer. Eles foram os primeiros capturados, presos e *amansados*, conseqüentemente primeiros aldeados, pioneiros no batismo e no casamento. Pahy foi também o primeiro a aprender o português e a viubar no Forte Atalaia. Pahy foi

¹⁰ Cultura entendida no seu aspecto amplo, abrangendo todas as “realizações materiais e aspectos espirituais de um povo” (SILVA; SILVA, 2014, p. 85).

igualmente primeiro a receber o cargo de Capitão de Índios no modelo inglês *indirect rulle*¹¹. O grupo dominado era parte do clã de Lourença.

NASCE LOURENÇA: UMA ÍNDIA DE VÁRIOS MUNDOS

Em Dezembro de 1818 no Forte Atalaia, nos Campos de Guarapuava, junto à localidade denominada Trindade, localizada entre os rios Lajeado Grande e o Coutinho, com suas ilhotas, nasceu a segunda filha do Capitão Antonio José Pahy de Azevedo e da índia Rita de Oliveira Faixó e Pá. Dois meses depois, em 16 de fevereiro de 1819, no Altar portátil da capela do forte, o pároco Chagas Lima batizou solenemente a kaingang votoron conforme registro do livro de batismo com o único nome português - Lourença (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM; FRANCO, 1943).

Seguindo as tradições da patrilinearidade Kaingang nesse documento não se acrescentou a Lourença o sobrenome Oliveira adotado no batismo por Rita, sua mãe. Mais tarde, como mencionado, o *nome de mato* de Lourença se revelou como Juquiá. A Segunda filha do casal, Lourença era a quarta do líder votoron Pahy Engrayê, capitão de “índios” de Atalaia. Anos antes, em dezembro de 1814, nascera no forte, Cavén, irmã mais velha de Lourença, que recebeu no batismo o nome de Margarida. O *nome de mato* Cavén mais tarde se revelou ao “não índio” através de declaração e passou a constar na documentação posteriormente produzida.

Cavén e Juquiá eram filhas da mesma mãe. Por parte de pai tinham no grupo os irmãos Francisco Netxian e Bárbara Gatán, filhos de Maria Coyan/Pirexó com quem Pahy Engrayê vivera inicialmente, no paganismo. Como Margarida Cavén, a irmã Lourença Juquiá nasceu com seu mundo dividido com o “branco”. Com eles dividiu o pai e, principalmente, a atenção e dedicação da mãe, pois em 2 de abril de 1814 nasceu, no Forte Atalaia, Francisco, filho do comandante Diogo e D. Rita (Ritinha), que por motivos de doença não pode amamentar, entregando a tarefa a Rita Faixó (FRANCO, 1943; MACEDO, 1995).

A família de Lourença viveu unida no forte até a morte do Capitão Antonio José Pahy ocorrida em 16 de abril de 1819. Pahy deixou viúva Rita de Oliveira Faixó

¹¹ Modelo que os portugueses importaram dos colonizadores ingleses do método do controle central (*indirect rule*), domínio político pelo topo da pirâmide, momento em que os servidores como os chefes, lideranças locais, base, prestavam obediência a um único chefe superior na cadeia subserviente aos ditames. Pelos servidores se fazia o processo de controle dos indígenas, por meio de sua estrutura social.

e órfãos os filhos Francisco, de treze anos e meio, Bárbara de oito e meio, Margarida de pouco mais de quatro e Lourença de seis meses. Tanto nos vestígios da vida de Lourença, quanto na leitura do processo sobre sua morte percebe-se que os contatos interétnicos iniciados no aldeamento de Atalaia se estreitavam cada vez mais pelos laços de compadrio e casamentos.

Com a morte de Pahy, a viúva Rita Faixó casou-se em 05 de fevereiro de 1820 com o aldeado Fuoc-Xó, de quinze anos. Fuoc-Xó, batizado Vitorino, não aceitava as regras do Padre Chagas e da igreja, principalmente contra a poligamia. Pouco depois do casamento Vitorino fugiu do forte levando um grupo, entre eles a Ignivé como segunda mulher e Rita Faixó, mãe de Lourença. A indígena Faixó deixou as filhas Margarida Cavén e Lourença Juquiá. A fuga deixou o Padre Chagas indignado:

[...] este miserável cedeu a sedução, levando consigo não somente sua mulher legítima, com dois índios Camés já batizados e casados, um de nome Nicoláo Hereibanc, e outro de nome Miguel Enderá, que ambos deixaram suas mulheres legítimas em Atalaia. Segundo as noticias que correm, e tem muita probabilidade todos aqueles três índios se perverteram nos sertões: Vitorino Fuoc-xó associou a sua mulher legítima outra mulher de nome Igninvé; Nicoláo Hereibanc e Miguel Enderá tomaram novamente por esposas, ou por suas concubinas duas mulheres pagãs como eles bem entendem cada um dias mulheres pagãs, ou mais como bem lhe pareceo (LIMA *apud* FRANCO, 1943, p. 181)

As filhas de Rita ficaram aos cuidados do meio irmão Francisco Netxian, de treze anos. As fugas de indígenas do aldeamento eram constantes, devido a rigidez das normas impostas pelo padre, baseadas na conduta dominante. O padre relata: “[...] nos Princípios da Catequização dos índios: abuzo, que hahi seguião da polygamia; resultarão: fuga dos Camés e Votorons” (LIMA *apud* FRANCO, 1943, p. 236).

A indígena Rita Faixó se sentia aprisionada não apenas pela madeira do Forte Atalaia, mas pelas muralhas das imposições do padre, que de certa forma enclausuravam esse povo acostumado às outras condutas sociais. Essas clausuras impostas são mencionadas por Dias (1995), ao se referir à classe das mulheres brancas, pobres, negras e indígenas: “Os costumes do quotidiano rejeitavam o *intra muros* e a clausura das classes dominantes; as mulheres tinham hábito de costurar á porta da casa, de cozinhar ao ar livre, conversando de cócoras, ou sobre esteiras” (DIAS, 1995, p. 180). Esse tipo de clausura, de prisão sem delito, era usado pelo padre como cerceamento de liberdade do indígena. Na historiografia também pode

ser associada com a *prisão sem muros* mencionada por Ferreira Junior (2007) ao se referir aos degredados de Atalaia.

O padre não permitia deslizes, e para evitar trancafiava os aldeados com chave, procedimento que não só incitava às fugas, mas impedia outros grupos de se aproximar do aldeamento:

[...] huma Nação que nunca conheceu subordinação não crível que de repente se sujeite a huma Escravidão, tal qual o Reverendo Chagas lhe ministra, pois até chega a fazer com que os índios durmam fexados a baixo de chave e lhe prohiibe hir aos mattos, perto do Acampamento projectando futuros, com o que muito os desgosta e já humas baptizadas e muitos índios tem fugido, mas não tem voltado, enquanto este dito Reverendo estiver na Expedição (FRANCO, 1943, p. 221).

Além das imposições oriundas do aprisionamento o padre reclamava dos costumes indígenas, especialmente criticava o mau uso que faziam do tempo, fabricando bebidas, e empregando só o tempo restante para o trabalho com as mantas e na fabricação dos aviamentos.

Para, além disso, estavam outros tipos de proibições impostas pelo padre:

[...] o Rev. Chagas visse estas muito familiarizadas com os nossos, procurou estratagemas afim de os expulsar do Acampamento, e o mesmo farias a quantas o vinhão voluntários se apresentar, com que muito os desgostava, não só a estes, como a toda tropa, que lá havia de guarnição, pois como tinha influencia sobre aquele Comandante/ e ora tem sobre este/ proibiu como sacrilégio o toque de viola, cantigas e danças, e Scitaras, chegando asua hypocresia ao auge de comprar quanta viola havia na Expedição, para quebrar e até proibindo / inda hoje pratica / entrarem naquele ponto negociantes de Licores experituosos (DIAS, 1995, p. 220).

Apesar das proibições e da prisão pelas normas impostas pelo padre, os indígenas acostumados a liberdade criavam meios, estratégias de socialização, promovendo desta forma uma assimilação, um intercâmbio cultural. Os luso-brasileiros não viam costumes indígenas como cultura, e desejavam impor costumes ocidentais.

Em meados de 1822 a população “branca” com seus escravos foi pelo Padre Chagas e o sobrinho Antonio da Rocha Loures¹² transferida de Atalaia para a cidade de Guarapuava. No aldeamento do Forte Atalaia, excluídos dos demais, ainda ficaram indígenas, mestiços, negros livres, degredados e alguns portugueses pobres casados, entre estes Lourença e sua família. A exclusão foi justificada pelo

¹² Antonio da Rocha Loures foi o substituto do Tenente Coronel Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

padre no relatório *Estado Actual da Conquista de Guarapuava, no fim do anno de 1821*. Nele o padre diz implicitamente que os “índios” ficaram satisfeitos com a exclusão dos demais, não eram os “índios” os excluídos, mas os “não índios”.

A povoação do aldeamento de Atalaia foi excluída, seus moradores proibidos de se aproximarem da Nova Freguesia, a não ser para realização de atividades de trabalho. O emprego da mão de obra indígena era hábito adquirido no início do aldeamento, para trabalhos nas residências e espaços públicos. Nos Autos de Fundação da Freguesia está expressa a separação e a proibição do acesso dos “índios” ao espaço reservado aos povoadores. Essa separação feita pelo padre foi por ele chamada exclusão. Em parte, com ela o padre deixava de se preocupar com os costumes indígenas, mostrando a prioridade dada a população “branca” dos luso-brasileiros (FRANCO, 1943).

As irmãs Lourença Jujuiá e Margarida Cavén viveram, depois do abandono da mãe, em Atalaia com a irmã mais velha Bárbara Gatán e seu esposo José Gomes¹³. Com Bárbara Gatán, casada com o degredado José Gomes, o irmão Francisco Netxiam que também cuidava das irmãs seguiu o mesmo caminho¹⁴. Esses personagens, ainda, estavam envolvidos na tragédia do aldeamento de Atalaia.

TRAGÉDIA NA MADRUGADA

Após a transferência de parte da população, o Forte Atalaia foi atacado e destruído na madrugada de 25 para 26 de abril de 1825, pelos Dorins, inimigos declarados de Luiz Tigre Gacon, substituto do Capitão Pahy no cargo de Capitão de índios (FRANCO, 1943). Durante o ataque as casas foram alvejadas por flechas incendiárias e a aldeia ficou em chamas. Nela pereceram 28 indígenas: homens, mulheres e crianças, entre eles o capitão Luiz Tigre Gacon (LIVRO PAROQUIAL DE ÓBITOS N.º1ªA).

A família de Lourença não se feriu e com ela a de Salvador Ignácio de Oliveira, sua mulher a indígena Rosa Cacúm, a enteada Ubaldina Maria e os filhos

¹³ José Gomes era natural de São João de Peruíbe, distrito da Vila de Conceição de Itahahêm. Era ex-soldado do Regimento de Santos e há menos de um ano chegara a Atalaia para cumprir pena de 20 anos de degredo pela participação da sublevação militar na Praça de Santos em julho de 1821. Na guia de encaminhamento Gomes consta com o ofício de carpinteiro e a condição de liberto, indicando ser negro ou mulato (PONTAROLO, 2010).

¹⁴ Em 09 de junho de 1824 Francisco Netxiam casou no oratório da Nova Freguesia com a índia Clemência Ca-Hó (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

mestiços, dentre estes José Ignácio de Oliveira, futuro marido de Lourença. Os sobreviventes foram pelo Padre Chagas realocados a uma légua da Freguesia, apesar das reclamações dos moradores que não queriam esses sujeitos tão próximos, temendo um novo ataque.

Em 1828 o Padre Chagas adoeceu e em visível demência se retirou de Guarapuava para Santana de Parnaíba, São Paulo¹⁵. Diante da retirada do padre da Freguesia, Vitorino e Rita Faixó, padrasto e mãe de Lourença retornaram a povoação para novamente reunir a família¹⁶. Na relação seguinte dos moradores da Freguesia, Bárbara Gatán, meio irmã de Lourença consta casada com o viúvo Felisberto Ferreira Campello, mulato livre, natural de Itahahaém, também degredado com pena de dez anos por homicídio. Essa união consensual de Bárbara e Felisberto foi sacramentada em 27 de janeiro de 1832¹⁷.

Nessa relação da Freguesia, dado interessante é do padrasto de Lourença, Vitorino Fuoc-Xó, constar com o segundo nome, o *nome de mato* Condá que até então só constava nos registros paroquiais, tendo ele com Rita Faixó e filha Leocádia, Thomázia de um ano. Condá aparece acompanhado de Virí/Veri, batizado Estevão do Nascimento. Por esses documentos verificam-se os laços estendidos de “família”. Vitorino Condá se retirou de Guarapuava, e posteriormente teve outros filhos na região de Palmas e Chapecó. Entre eles Jacinto, assassinado a mando do

¹⁵ Padre Chagas faleceu em 06 de outubro de 1832.

¹⁶ Na lista nominativa de 19 de abril de 1830 encontra-se no aldeamento da Freguesia, o casal Vitorino Fuoc-Xó, de 25 anos, sua mulher Rita Faixó, de 30, as filhas Margarida, de 16, Lourença 12, estas filhas do casamento de Rita com Antonio Pahy, e Leocádia de 7 anos, filha de Rita e Vitorino. Nele aparece ainda Bárbara Gatán, filha de Pahy, enteada de Rita com Josefa filha de 4 anos, já como viúva do degredado José Gomes. Conforme o registro de óbito José falecera em 4 de setembro de 1827, vítima de um raio, sendo sepultado no lugar reservado para construção da igreja Matriz, apesar da Vila ter, desde meados de 1922, um cemitério anexo a igreja (capela) provisória (LISTAS NOMINATIVAS - ARQUIVO HISTÓRICO BENJAMIM TEIXEIRA, GUARAPUAVA-PR).

¹⁷ Josefa, de oito anos, filha do primeiro casamento de Bárbara com José Gomes aparece como filha de Felisberto F. Campello. Pelo entrelaçamento de dados percebe-se que entre os filhos, um casamento, e outro, Bárbara teve Manoel falecido aos seis dias, em 20 de janeiro de 1838, e Maria Reginalda, ambos declarados em batismo como filhos de pai incógnito, indicando Bárbara na data estar viúva de Felisberto. Encontraram-se nos documentos paroquiais uma vez mais Bárbara se casando, desta pela terceira vez em 28 de fevereiro de 1843, com João Barbosa de Chaves, conhecido por João Barros, viúvo de Ana Joaquina. Consta ainda Margarida Cavén, irmã solteira de Lourença com um filho de dois anos, de nome Manoel, e Lourença consta solteira (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM; LISTAS NOMINATIVAS - ARQUIVO HISTÓRICO BENJAMIM TEIXEIRA, GUARAPUAVA-PR).

Cacique Antonio Prudente em vingança a morte de um subordinado (charrua civilizado)¹⁸, ocorrido próximo ao Toldo de Baixo.

Acusado por um crime, Condá foi alvo da vingança do cacique Prudente que mandou matar seu filho, Jacinto, e Salvador seu cunhado. Estes crimes somaram-se a desavença entre o cacique Prudente e Pedro Nicafhim, genro de Condá que com o velho Nonoay comandavam o aldeamento iniciado por eles sob a direção de Cypriano Rocha Loures, irmão de Francisco Rocha Loures, diretor do aldeamento de Guarapuava. A morte de Pedro Nicaphin, o advogado das aldeias da Província em novembro de 1861, oficiou a retirada de Condá do sul para os Campos de Palmas. Vitorino Fuoc-Xó / Condá se retirou de Guarapuava, perambulou entre Guarapuava e o Rio Grande¹⁹, tornando-se um dos maiores líderes da região Oeste.

A liderança de Condá, dos filhos, genros e sobrinhos, se estendeu de Guarapuava a Palmas e a província do Rio Grande. Condá só se retirou definitivamente de Guarapuava após a morte de Lourença. Rita Faixó, Ignivé e Chanerê foram suas companheiras até sua morte aos quase 70 anos, ocorrida em 25 de maio de 1870, em seu território, nas terras compreendidas pelo hoje município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. O longo cacicado de Condá foi abrangente, indo do território que se estendia a Palmas, então pertencente a Guarapuava, território este que Condá dividiu com o companheiro Virí, às terras do Rio Grande do Sul que compartilhou com o velho cacique Nonoay. Com a morte de Condá, Viri substituiu-o liderando até que um filho de Condá assumisse.

O jornalista Campos²⁰ chamou a atenção do leitor para um indígena em especial: Vitorino Condá que ele considerava de grande importância na história da região, ao dizer: “não se poderá escrever a história dos primitivos tempos da incorporação das terras e população da zona compreendida entre os rios Iguazu e Uruguai, à civilização, omitindo o nome do dito cacique” (A VOZ DE CHAPECÓ,

¹⁸ Charrua, (pião) denominação dos indígenas que habitavam os campos dos atuais Rio Grande do Sul, Uruguai e nordeste da Argentina. Conforme descrição em obra de Jean Baptist Debret, “a sua cultura era do mato, no trabalho com cavalos abandonados pelo ‘branco’ ou roubados. Grandes domadores de cavalos xucros”. Nem todos foram subordinados ao branco, apesar de alguns serem “aculturados” trabalhando com tropeadas, entre eles o líder, cacique Antonio Prudente.

¹⁹ Atual Rio Grande do Sul.

²⁰ O Jornal *A Voz de Chapecó* foi fundado por Antonio Selistre de Campos que também integrou o corpo editorial do periódico. Campos era juiz de direito da comarca de Chapecó no final da década de 1930 e quase toda a de 1940. Em dezembro de 1939 ele iniciou uma série de artigos sobre os índios da região. Como jornalista assinou o próprio nome e por vezes o pseudônimo Z. com o qual ficou conhecido, dando notoriedade ao Condá.

17/12/1939). Campos narrando os feitos de Condá, o apresenta como corajoso, valente e cuidadoso da sua honra. As relações iniciadas em Atalaia, incluindo a mestiçagem, provinham de encontros dentro e fora do aldeamento, frutificaram também pelo compadrio e inúmeros casamentos interétnicos, inicialmente, promovidos para “civilizar” e pela catequese com o intuito de fixar o índio e os demais nas terras que pretendiam colonizar.

Como aponta Durat (2006), com o objetivo de promover o povoamento de Guarapuava, a mestiçagem foi incentivada, induzida, bem vinda e “aceita”. Diferentemente de outras regiões do império, o aldeamento serviu de instrumento de manipulação. Assim, o colonizador e posteriormente os fazendeiros esqueceram as questões raciais do império. Um exemplo da não aceitação é evidenciado por Frei Vicente do Salvador (*apud* DIAS, 1995, p. 92), ao se referir aos mestiços como bastardos filhos ilegítimos de portugueses com índias, colocando-os como herdeiros da pior parte da *mistura*. Segundo Frei Vicente herdavam de preferência mais *da ralé da mãe do que da raça do pai*. Era com essa *ralé* que Lourença Juquiá se casaria, com José Ignácio, um mestiço, filho de um português com uma indígena²¹.

Essa população pela familiarização com o profano vivia e ouvia o som das cítaras e violas, intercalados aos jogos de baralho regados a bebidas espirituosas, usados nos divertimentos das danças promovidas às escondidas do Padre Chagas. Esse padre tentava a proibição das festas:

[...] proibiu como sacrilégio o toque de viola, cantigas e danças, e Scítaras, chegando asua hypocresia ao auge de comprar quanta viola havia na Expedição, para quebrar e athé proibindo / inda hoje pratica / entrem naquele ponto negociantes de Licores experituosos (FRANCO, 1943, p.220).

Nas listas nominativas da Vila de Guarapuava esses indígenas constam como *aldeados*, mas na verdade era o povo pobre que vivia no rocio da vila prestando serviços aos luso-brasileiros. Conforme apontado por Leite (2006), em 1853 essas pessoas eram mencionadas como *índios aldeados*, mas no rocio da

²¹ José Ignácio de Oliveira com quem Lourença aos quinze anos se casou, em 25 de outubro de 1834, era filho do português Salvador Ignácio de Oliveira e de Rosa Maria Cacúm, trazida ao forte em 1812 com mais ou menos dez anos por Pahy. Rosa Cacúm aos doze anos incompletos se casou em 10 de novembro de 1813 com Rafael Costa, soldado da 7ª Companhia do Regimento de Caçadores da Praça de Santos. Dois meses após o casamento, Rosa grávida viuuvou, e três meses depois se casou com o português Salvador Ignácio. Dentre os filhos, o casal teve José Ignácio de Oliveira, sendo segundo filho de Rosa Cacúm e primeiro do português José Ignácio de Oliveira (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

Freguesia formavam *um povo de mestiços*. Segundo Francisco da Rocha Loures, diretor de índios, representavam *a última classe* da sociedade.

Nessa classe, além de José Ignácio inseria-se a mulata Edvirgem. Nos assentamentos de batismo dos filhos de Edvirgem todos são declarados de pai incógnito. Nessas declarações a mesma era natural de Curitiba, casada, separada, e que chegou em Guarapuava acompanhada do filho Manoel Caetano de Oliveira, nascido em Ponta Grossa. Manoel Caetano no seu casamento com Joaquina Maria de Souza, filha de José Ignácio de Oliveira e Lourença Maria Juquiá, também declarou ser filho de pai incógnito e de Edeovirgem Maria de Paula (ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM).

A mencionada Edvirgem era assídua frequentadora de fandangos e festanças, promovendo-os em sua residência no lugar denominado Cascavelzinho, junto ao passo do rio de mesmo nome, e em outra residência no Xarquinho. Nesses ambientes de socialização encontra-se a “mulata” envolvida em outro processo crime, além do de Lourença, onde ela aparece identificada como Edvirgem Maria de Paula²².

No passado, a Vila de Guarapuava, espaço em que aconteceu o crime de Lourença Juquiá tornou-se, a partir de 1825, também espaço de remanescentes de antigos aldeamentos e de escravos libertos, moradores do rocío da vila que apesar das restrições, viviam de longa data em contato com o “branco” e as ordenanças nela destacadas. A vila tornou-se espaço de encontros e desencontros, gerando conflitos principalmente nas festas de batuques e fandangos regados a bebidas ao som de violas e cítaras.

²² A mulata Edvirgem em 18 de Dezembro de 1854 promoveu em sua casa um fandango, e por volta das 5 horas da manhã, na saída dos convivas, no pátio em frente a casa foi assassinado o “índio” Nicolao com uma facada no peito. No exame de corpo delito realizado na casa de Edvirgem concluiu-se a morte, sendo acusado o sapateiro Cypriano José de Moura, 46 anos, natural de Minas Gerais. A morte de Nicolao ocorreu sem motivo justificado, e segundo as testemunhas foi por ingestão das tais bebidas espirituosas, sendo que Nicolao e Pedro simulavam uma briga e Cypriano interveio. Os dois se desentenderam verbalmente e saíram para o terreiro da casa, e o índio Nicolao *tomado de espírito* debelou-se, e empunhando uma faca foi para cima de Cypriano baiano que ao recuar tropeçou em um carro (carroça) caindo de costas, e que Nicolao caiu sobre o mesmo, mas logo se levantou e dando alguns passos caiu morto. Uma testemunha alegou não ter ele tropeçado em um carro, mas numa jangada. Com a morte do “índio”, Cypriano ficou por longo tempo foragido, apresentou-se com advogado, argumentando acidente e alegando que apesar de Cypriano estar armado, este não sacou a arma, tendo Nicolao caído sobre a própria faca, e que mesmo sendo ele o autor teria sido em legítima defesa baseado no Artigo 14 do Código Criminal. Cypriano recorreu da sentença indo a tréplica, perdendo foi condenado no Artigo 193 à pena de galés no grau mínimo (Processo crime nº 856.2.18 – aberto em 1856. – caixa 01 Vara Criminal da Comarca de Guarapuava).

NOS FOLGUEDOS: O FANDANGO INDÍGENA

Os folguedos ocorriam tanto no aldeamento de Atalaia como na Vila. Nesses ambientes construídos de socialização, divertimento e festanças, participavam indígenas, negros libertos, descendentes, mestiços e degredados conhecidos de longa data por convivência, e a eles se juntavam os soldados de ordenança da vila. Reuniam-se os membros da *segunda classe* ou *última classe* da população num encontro interétnico. Foi em um desses fandangos, em meio à confusão entre esses muitos sujeitos na Vila de Guarapuava, que aconteceu o assassinato de Lourença Juquiá.

O processo crime (nº 857.2.19 caixa 01, Vara Criminal da Comarca de Guarapuava) do assassinato de Lourença Juquiá, instaurado na Vila de Guarapuava, relata que no fandango²³ na noite de sábado do dia três para quatro de maio de 1856, na casa de Valentim Pereira de Oliveira, a índia Lourença Juquiá foi assassinada às escuras por dois golpes de canivete, sendo um no peito esquerdo e outro no estômago. O acusado foi o soldado da Guarda Fixa da Província, Manoel Maria que acompanhava o Cadete Egas Muniz, envolvendo-se em uma briga com o companheiro Manoel João.

O conflito que resultou na morte de Lourença Juquiá cessou quando o Cadete Egas ergueu a espada para o alto pedindo calma. Segundo as testemunhas, os soldados Manoel Maria e Manoel João se desentenderam na tentativa de apaziguar o *barulho*, uma discussão entre as mulheres, na qual a mulata Edeovirgem, em voz alta ofendia Lourença, dando-lhe uma tamancada na cabeça, vindo a segunda cair no chão da sala no momento em que a luz se apagou. Quando acessa a luz, Lourença agonizou no chão. Indagada pela mulata de quem havia lhe ofendido, segundo Edeovirgem a “índia” Lourença por três vezes proferiu o nome de Manoel Maria. O crime condenou Manoel Maria a sentença de galés perpétuas no grau máximo do artigo 193, do Código Criminal de 1830.

²³ O fandango é uma dança dos caboclos de requebros e cantigas ao som de viola nos prolongamentos das festas religiosas pixirão, mutirão ou ajutório. Macedo (1995) cita ainda que foi usada na povoação de Curitiba, mesmo sendo proibida por Edital em 1792, em razão das bebedeiras e desordens. Em 1807, novo Edital punia a desobediência com condenações de pelourinho, cadeia e multa ao que cedesse a casa, e permitisse escravos nos ambientes; declarou-se ainda pena de 50 açoites no pelourinho, 30 dias de cadeia e multa de seis mil réis, proibição que se estendeu a toda província. Em 1853, com a instalação da Província do Paraná o Presidente Zacarias de Vasconcelos expediu em 05 de setembro de 1854 a portaria nº 5 para a Câmara de Guarapuava com normas para os folguedos de batuque e fandango. Após a morte de Lourença a Câmara expediu pedido de alteração da portaria.

Os principais personagens do acontecimento, Lourença Juquiá, Manoel Maria e Edeovirgem se apresentam no processo como pessoas livres, pobres, sem sobrenome, sem identidade. Pela dificuldade da pronúncia aparece no decorrer do processo o nome alterado de Edeovirgem, ora Deovirgem, Divirgem, Edvirgem. No batismo dos filhos ela aparece como Hedvirgem²⁴.

No processo, a etnia de Lourença se apresenta duvidosa pelo uso do termo Guarani Juquiá anexado ao seu nome. Na produção do documento a vítima se afasta da vila onde é conhecida, perdendo sua origem, e por vezes não mais é definida como “índia”, mas como cabocla Lourença. Os outros figurantes desse episódio são as oito testemunhas inquiridas no processo. Os demais presentes no fandango transformaram-se em figurantes ocultos, invisíveis, eram a *plebe* do fandango da *segunda classe* ou *última classe*.

O acusado Manoel Maria apesar de alegar inocência foi condenado, mesmo apelando da sentença para comutação do grau máximo para mínimo, e questionando o rigor da aplicabilidade da lei. Manoel Maria teve seu pedido negado por D. Pedro II através do Ministro dos Negócios da Justiça e Desembargador do Tribunal com a determinação referida no processo de: *Cumpra-se!* Restando ao condenado cumprir a pena.

No processo indagam-se: quem são essas vítimas sem identificação, sem sobrenome? Simplesmente “índia” Lourença Juquiá e soldado Manoel Maria? Lourença, um nome português seguido do termo Guarani Juquiá, único dado de identificação constando no processo, levando a crer Lourença ser Guarani. Nem mesmo a etnia é citada, ela é só a vítima “índia” Lourença Juquiá. Do condenado, Manoel Maria, também não consta sobrenome que o identifique, é apenas, o soldado Manoel Maria destacado do Corpo da Guarda Fixa da Província do Paraná, solteiro, 22 anos, natural da Bahia, “preto”, analfabeto. Da mulher pivô do acontecimento o nome Edeovirgem ou suas variações, sempre citada como “mulata”.

O crime se deu em um fandango, dança trazida pelos portugueses, sendo a preferida dos indígenas, principalmente dos kaingang da região como se observa uma nota que “no dia 15 do mês passado realizou-se a festa geral dos ditos índios, a que denominam fandango. Esta cerimônia conserva um fundo de tradição, mas está

²⁴ Edvirgem Maria de Paula também foi mencionada na documentação como Deovirgem, Divirgem, Edvirgem. Hedvirgem (CAMPOS; SANTOS, 2016, p. 60).

impregnada de ritos religiosos, adotados do cristianismo” (A VOZ DE CHAPECÓ, 07/07/1940). Neste período, o fandango como dança se apresentava com *novas alterações*, estava impregnado de ritos adotados, sofrera alterações, assimilações pela *circularidade cultural*²⁵. No profano ou no sagrado dos fandangos, famílias e amigos se encontravam para rezar e se divertir. Nesse fandango a vida findou para Lourença. A história de sua morte seria contada e recontada²⁶, e continuaria nos seus.

Dentre os filhos de Lourença e José Ignácio de Oliveira estava Joaquina Maria de Souza, que havia se casado no dia 10 de maio de 1850 (seis anos antes do crime) com Manoel Caetano de Oliveira, natural de Ponta Grossa, filho de pai incógnito e Hedvirgem Maria de Paula. Portanto, havia laços de parentesco entre a mulata Edvirgem e a vítima Lourença, nesse caso a discussão pode ser motivada por um desentendimento familiar entre as duas, talvez em razão dos filhos.

Em ofício o delegado alegou dificuldade em buscar um culpado pelo fato do crime ter ocorrido no escuro e sem testemunhas. Relata ainda que havia efetuado a prisão de alguns suspeitos, mas não identifica, cita apenas o soldado Manoel Maria e uma mulher. Supõe-se que essa mulher seja Edvirgem que declarou ter ouvido da vítima, antes de morrer, a acusação ao soldado Manoel Maria. A declaração de Edvirgem foi reforçada pelo canivete ser de propriedade de Manoel Maria e por ele reconhecido, apesar de alegar ter perdido na confusão. A arma do crime foi entregue as autoridades no dia seguinte fechado e ensanguentado com a declaração de ter sido encontrado debaixo da escada da casa.

Diante dos fatos, percebe-se que no palco da vida mudam-se os personagens, o cenário, as cenas, os atos, e sem roteiro a vida se desenrola no cotidiano. A cada dia, cada um faz sua própria história, mas não como a quer, nem sob sua escolha, de alguma forma a vida se prende ao passado. O óbito de Lourença foi o registro final de sua vida de equívocos, enganos e desenganos, encontros e confrontos:

Lourença

Aos três dias do mês de maio de 1856, faleceu assassinada Lourença Maria, índia de quasi cinquenta annos de idade, natural desta Parochia, cazada com José Ignácio de Oliveira. Infelizmente não recebo os socorros espirituais antes de seu fallecimento, por ter sido este repentino, procedido de assassinato. Disse a missa de corpo presente, por sua alma, foi por mim encomendada, e seu corpo

²⁵ Termo empregado por Ginzburg (2005) referindo-se que não se pode conceber uma cultura erudita e outra popular, pois a cultura circula entre os sujeitos, permitindo apropriações.

²⁶ O assassinato da indígena Lourença, sem mencionar sua trajetória, foi problematizado em vários trabalhos acadêmicos. Entre eles: Meira (2015, p.95).

sepultado no Cemitério desta Villa de Guarapuava. Do que para constar faço este assento e assigno – O Vigário Antonio Braga e Araújo (LIVRO 01, ÓBITOS MATRIZ NOSSA SENHORA DE BELÉM).

Numa última nota Lourença tem acrescentado o segundo nome de Maria à Lourença e não o Juquiá, além disso, têm a idade alterada para quase cinquenta anos, talvez por informação errada de algum parente, ou dada pelo padre pela sua aparência envelhecida. Confrontando a data de batismo e a do óbito, Lourença faleceu aos 38 anos incompletos.

Três dias após o assassinato, na manhã de 07 de maio às 9 horas as autoridades da vila procediam na casa de residência do subdelegado o exame de corpo delito no cadáver de Lourença. O subdelegado, o escrivão, peritos, e testemunhas, entre elas Valentim Pereira de Oliveira, dono da casa e o cadete Egas Muniz, comandante do destacamento, determinaram a causa da morte como proveniente das canivetadas que recebera na madrugada do fandango. A missa de corpo presente em sufrágio à alma de Lourença Juquiá foi rezada pelo vigário Antonio Braga de Araújo, substituto de Padre Chagas Lima. Os restos mortais seguiram acompanhados de parentes, amigos e conhecidos para o sepultamento no Cemitério da Rua Bela, cemitério contíguo à igreja da Vila, conforme consta no registro de óbito (PROCESSO CRIME Nº. 857.2.19. - ABERTO EM 1856.- CAIXA 01 - EXAME DE CORPO DE DELITO).

Viúvo, José Ignácio de Oliveira se casou novamente em 04 de junho de 1858 com a “branca” Maria Joaquina Rosa com quem teve outros filhos. A vida continuou para os familiares e os filhos de Lourença, e para ela, em algum lugar, continuou a sua: “Passe pela ponte do rio grande aonde teus parentes virão te encontrar, viva bem com os outros que se encontram no grande campo e lhes diga: EU ESTOU AQUI” (FRANCO, 1943, p. 366). Estes versos Kaingang citados em ritos fúnebres, também podem ter sido ditos a Lourença por um dos seus. Com as palavras *Eu Estou Aqui*, pela cultura e no entendimento Kaingang, Lourença passou a ponte do rio grande (rio da vida) chegou ao grande campo, sendo recepcionada pelos parentes, vive bem, e deve *estar aqui*. Lourença, possivelmente continua nos Campos de Guarapuava através dos muitos escritos sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo crime de Lourença se encerrou conclusivo em trinta e duas páginas com a condenação de Manoel Maria a galés perpétuas. Manoel Maria, preso, seguiu para a cadeia pública de Curitiba para cumprir pena. Lourença fez a passagem em estado de alegria, em uma festança de fandango, dança da cultura portuguesa trazida de além mar, assimilada, alterada e incorporada aos costumes do “índio” e do caboclo. O fandango trazido e proibido pelos próprios portugueses que na versão modificada consideravam uma dança obscena que propiciava lascívia e bebedeiras, sofreu várias alterações culturais.

No aldeamento do Forte Atalaia o fandango foi constantemente proibido pelo Padre Chagas, mas apesar da proibição, assimilado difundiu-se entre indígenas e negros. Os encontros nesses eventos, por muito tempo geraram conflitos entre batuqueiros e fandangueiros. Apesar dos conflitos gerados, esses divertimentos tanto no aldeamento de Atalaia como na Vila de Guarapuava, também foram ambientes de encontros, de sociabilidade, construídos pela *gente miúda*, pela *ralé da sociedade* servindo como instrumento de miscigenação, tornando-se também palco de *circularidade cultural* das diversas etnias que compunham a então Vila de Guarapuava.

Com relação à Lourença Juquiá, essa saiu de cena para entrar na história, não pela vida, mas pela morte, pelas circunstâncias do crime, que com o passar do tempo se sobrepôs à sua vida ganhando notoriedade. Nas citações, nos escritos historiográficos, na história dos pequenos da Micro-História, como vítima virou estatística, foi silenciada pelo fato. Lourença foi uma indígena de vários mundos, permeou outros mais, vagueia por estes, podendo ser identificada como: Lourença Maria de Oliveira Juquiá, índia Kaingang Votoron, nascida em dezembro de 1818 no aldeamento de Atalaia de Guarapuava. Filha do Capitão de índios Antonio José Pahy de Azevedo (Engrayê) e da índia Rita de Oliveira Faixó e Pá, casada com o mestiço José Inácio de Oliveira. Assassinada aos 38 anos em um fandango na madrugada 03 de maio de 1856, deixando descendentes para continuação de sua história.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

AMOROSO, M.R. Guerra e mercadorias: os Kaingang nas cenas da Conquista de Guarapuava. In: SEVCENKO, N. et al. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo, BNP Paribas, 2003.

CAMPOS, Marilda Alves de; SANTOS, Rodrigo dos. Uma indígena de vários mundos. *Leituras da História*. Edição 93. Escala: 2016.

D' ASSUNÇÃO, José Barros. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1995.

DURAT, Cristiano Augusto. *Os processos incorporativos do indígena Kaingang de Atalaia à sociedade Luso-Brasileira: o papel do Catolicismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 156p.

FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 156p.

FRANCO, Arthur Martins. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tipografia João Haupt & CIA, 1943.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEITE, Rosangela Ferreira. *Nos limites da Colonização: Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava 1808-1878)*. 2006 Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEIRA, Ana Paula Galvão de. *Cotidiano e conflitos de indígenas nos campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PONTAROLO, Fábio. *Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2014.

Fontes

Processo crime nº 856.2.18. - aberto em 1856. - caixa 01 Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Processo crime nº 857.2.19 - caixa 01 Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Livros nº 1 A e B, século XIX.

Listas Nominativas - Arquivo Histórico Benjamim Teixeira, Guarapuava-PR. A Voz de Chapecó de 1939-1942 e 1946 -1953.